



GS INIMA INDUSTRIAL JECEABA S.A.

CNPJ nº 09.425.611/0001-56

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		109	36	Fornecedores		15	130	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de Atividades Descontinuadas			
Aplicações financeiras	5	3.177	7.830	Obrigações sociais		8	8	Lucro operacional antes dos impostos		1.747	980
Impostos a recuperar	6	302	112	Obrigações fiscais		4	5	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Total do ativo circulante		3.588	7.978	Outras obrigações		-	5	Provisão (reversão) para ações judiciais	8	(4.019)	(727)
Não Circulante				Dividendos a pagar	7	328	2.175	Varição nos ativos operacionais:			
Realizável a Longo Prazo				Total do passivo circulante		355	2.323	Impostos a recuperar	6	(645)	(421)
Impostos a recuperar	6	4.768	4.313	Não Circulante				Depósitos judiciais		633	159
IR e CS diferidos	12.2	1.677	2.114	Provisão para ações judiciais	8	2.194	6.213	Varição nos passivos operacionais:			
Depósitos judiciais		353	986	Total do passivo não circulante		2.194	6.213	Fornecedores		(115)	100
		6.798	7.413	Total do passivo		2.549	8.536	Obrigações fiscais		(1)	(62)
Total do ativo não circulante		6.798	7.413	Patrimônio Líquido				Outras obrigações		(5)	5
Total do Ativo		10.386	15.391	Capital social		4.000	4.000	Caixa oriundo das atividades operacionais		(2.405)	34
				Reserva de lucros		3.837	2.855	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
				Total do patrimônio líquido		7.837	6.855	Aplicações financeiras	5	4.653	136
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.386	15.391	Caixa gerado das atividades de investimento		4.653	136

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Ca-social	Re-serva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2024	4.000	800	1.552	-	6.352
Lucro líquido do exercício de operação descontinuada	-	-	-	671	671
Dividendos mínimos obrigatórios	9.4	-	-	(168)	(168)
Transferência para reserva de retenção de lucros	9.3	-	503	(503)	-
Saldos em 31/12/2024	4.000	800	2.055	-	6.855
Lucro líquido do exercício de operação descontinuada	-	-	-	1.310	1.310
Dividendos mínimos obrigatórios	9.4	-	-	(328)	(328)
Transferência para reserva de retenção de lucros	9.3	-	982	(982)	-
Saldos em 31/12/2025	4.000	800	3.037	-	7.837

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Companhia") foi constituída em 29 de janeiro de 2008, tendo como objeto social a execução de projeto, construção, operação e manutenção das plantas para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica, e está localizada no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais. Em 23 de abril de 2021, a VSB exerceu seu direito de rescindir imotivadamente o Contrato 522457 - DBOT, nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Companhia sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os Ativos, na forma da cláusula 55 do Contrato. Em 10 de setembro de 2021 a VSB notificou Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos. O montante da operação foi de R\$493.944.892,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e três centavos) referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a consequente extinção do Contrato entre ambas as partes. Em 6 de dezembro de 2021, a Companhia alterou o endereço de sua sede para a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, na Avenida Juscelino Kubitschek, 717, loja 04, bairro Vila Itacolomi. Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não iniciou novas operações, e a Administração, ao longo do período, não identificou oportunidades viáveis para atuação. No entanto, a Companhia mantém-se ativa, com a Administração avaliando continuamente novas possibilidades de negócio. Em linha com a estratégia do acionista controlador, a Companhia segue em busca de contratos para a execução de projetos, visando ao desenvolvimento e à expansão de negócios no segmento de utilidades industriais. Assim, a Companhia permanecerá ativa na prospeção de oportunidades nos setores de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o crescimento futuro.

2. Políticas contábeis materiais:

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de março de 2026.

2.2. Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encerre vendida durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de

dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros: a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras. c) **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com Operação Descontinuada			
Despesas Operacionais Gerais e administrativas	10	438	(148)
		438	(148)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		438	(148)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	11	1.309	1.131
Despesas financeiras	11	-	(3)
		1.309	1.128
Lucro Operacional antes dos Impostos IR e CS		1.747	980
Correntes	12.1	-	(63)
Diferidos	12.2	(437)	(246)
		(437)	(309)
Lucro Líquido do Exercício		1.310	671
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	13	0,33	0,17

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício de Operação Descontinuada	1.310	671
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.310	671

d) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

2.4.2. Passivos financeiros: a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a pagar de fornecedores e dividendos a pagar. c) **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, saldos em contas correntes bancárias e depósitos bancários. Esses saldos estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações comprometidas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. **2.7. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de Atividades Descontinuadas			
Lucro operacional antes dos impostos		1.747	980
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Provisão (reversão) para ações judiciais	8	(4.019)	(727)
Varição nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	6	(645)	(421)
Depósitos judiciais		633	159
Varição nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(115)	100
Obrigações fiscais		(1)	(62)
Outras obrigações		(5)	5
Caixa oriundo das atividades operacionais		(2.405)	34
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras	5	4.653	136
Caixa gerado das atividades de investimento		4.653	136
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos	9.4	(2.175)	(150)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(2.175)	(150)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		73	20
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		36	16
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		109	36
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		73	20

recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.8. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Tributos: Lucro real: A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o IR e a CS corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para o IR e 9% sobre o lucro tributável para a CS. Além disso, quando aplicável, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real do exercício. **IR e CS - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque inclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **IR e CS - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e despesas bancárias.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025: A Companhia aplicou sua primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais,**

continua →



★ continuação

GS INIMA INDUSTRIAL JECEABA S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrantes em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Os principais alterações introduzidas são as seguintes: Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em

vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de IR e CS diferidos ativos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Gestão de riscos:** **4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros:** Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se à conta a pagar de fornecedores e dividendos a pagar. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco da taxa de juros. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de recursos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre as aplicações financeiras:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário				
		Cenário I (+25%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V
CDI	14,26 (%)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%	
Aplicações financeiras	3.177	3.630	3.743	3.517	3.857	3.404

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI acumulada em 31 de dezembro de 2025). **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao

valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
Ativos financeiros pelo custo amortizado																																																																																																																																																						
Caixa e equivalentes de caixa	109	36																																																																																																																																																				
	109	36																																																																																																																																																				
Ativos financeiros por meio do resultado																																																																																																																																																						
Aplicações financeiras	3.177	7.830																																																																																																																																																				
	3.177	7.830																																																																																																																																																				
Total do ativo financeiro	3.286	7.866																																																																																																																																																				
Passivos financeiros pelo custo amortizado																																																																																																																																																						
Contas a pagar de fornecedores	(15)	(130)																																																																																																																																																				
Dividendos a pagar	(328)	(2.175)																																																																																																																																																				
Outras obrigações	-	(5)																																																																																																																																																				
Total do passivo financeiro	(343)	(2.310)																																																																																																																																																				
Ativos e passivos financeiros, líquidos	2.943	5.556																																																																																																																																																				
4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os índices de alavancagem financeira são os seguintes: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(-) Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(109)</td> <td>(36)</td> </tr> <tr> <td>(-) Aplicações financeiras</td> <td>(3.177)</td> <td>(7.830)</td> </tr> <tr> <td>Dívida líquida</td> <td>(3.286)</td> <td>(7.866)</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td>7.837</td> <td>6.855</td> </tr> <tr> <td>Total do capital</td> <td>4.551</td> <td>(1.011)</td> </tr> <tr> <td>Índice de alavancagem</td> <td>-72%</td> <td>778%</td> </tr> <tr> <td>5. Aplicações financeiras:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>3.177</td> <td>7.830</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.177</td> <td>7.830</td> </tr> <tr> <td>As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 101,60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,45% em 31 de dezembro de 2024). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>6. Impostos a recuperar:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IR sobre aplicação financeira</td> <td>214</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldo negativo de IR</td> <td>4.737</td> <td>4.303</td> </tr> <tr> <td>Saldo negativo de CS</td> <td>31</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Estimativa de IR e CS</td> <td>88</td> <td>112</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5.070</td> <td>4.425</td> </tr> <tr> <td>Ativo circulante</td> <td>302</td> <td>112</td> </tr> <tr> <td>Ativo não circulante</td> <td>4.768</td> <td>4.313</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5.070</td> <td>4.425</td> </tr> <tr> <td>O saldo classificado no longo prazo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R\$ 4.768 e 4.313, respectivamente, refere-se ao saldo negativo de IR e CS. Esse saldo ocorre quando os tributos pagos ao longo do período, por meio de retenções na fonte ou recolhimentos antecipados, excedem o imposto devido no encerramento do exercício. Ele pode ser utilizado para compensação de tributos futuros ou restituído junto à Receita Federal. No exercício de 2025 e 2024, os valores foram classificados no longo prazo, considerando que o prazo para restituição pode se estender por até cinco anos. A Administração informa que os respectivos valores já foram objeto de pedidos formais de restituição junto à Receita Federal do Brasil desde 2023, encontrando-se em processo de análise pelas autoridades fiscais.</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>7. Partes relacionadas:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2">Dividendos a pagar</td> </tr> <tr> <td>GS Inima Industrial S.A.</td> <td>277</td> <td>1.838</td> </tr> <tr> <td>Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA</td> <td>51</td> <td>337</td> </tr> <tr> <td></td> <td>328</td> <td>2.175</td> </tr> <tr> <td>8. Provisão para ações judiciais:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contingências trabalhistas</td> <td>2.194</td> <td>4.835</td> </tr> <tr> <td>Contingências fiscais</td> <td>-</td> <td>1.378</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.194</td> <td>6.213</td> </tr> <tr> <td>O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas de acordo com a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia por provável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$10.016 (R\$14.406 em 31 de dezembro de 2024), com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Natureza</td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td>Reclamações trabalhistas</td> <td>35</td> <td>1.157</td> </tr> <tr> <td>Reclamações tributárias</td> <td>9.981</td> <td>13.249</td> </tr> <tr> <td></td> <td>10.016</td> <td>14.406</td> </tr> <tr> <td>A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>6.213</td> <td>6.940</td> </tr> <tr> <td>Complemento de provisão</td> <td>457</td> <td>1.597</td> </tr> <tr> <td>Reversão de provisão</td> <td>(4.476)</td> <td>(2.324)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.194</td> <td>6.213</td> </tr> <tr> <td>Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária. 9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o valor do capital social integralizado é de R\$4.000 e está representado por 4.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2">Quantidade</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2">% de participação</td> </tr> <tr> <td>GS Inima Industrial S.A.</td> <td>3.380</td> <td>84,5%</td> </tr> <tr> <td>Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA</td> <td>620</td> <td>15,5%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.000</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. 9.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados, no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024 a reserva legal atingiu o limite de 20% do capital. 9.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados: O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia transferiu os saldos da conta de lucros acumulados, nos montantes de R\$982 e R\$503, respectivamente, para a conta de lucros retidos. 9.4. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		31/12/2025	31/12/2024	(-) Caixa e equivalentes de caixa	(109)	(36)	(-) Aplicações financeiras	(3.177)	(7.830)	Dívida líquida	(3.286)	(7.866)	Patrimônio líquido	7.837	6.855	Total do capital	4.551	(1.011)	Índice de alavancagem	-72%	778%	5. Aplicações financeiras:			Aplicações financeiras	3.177	7.830		3.177	7.830	As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 101,60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,45% em 31 de dezembro de 2024). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.			6. Impostos a recuperar:			IR sobre aplicação financeira	214	-	Saldo negativo de IR	4.737	4.303	Saldo negativo de CS	31	10	Estimativa de IR e CS	88	112		5.070	4.425	Ativo circulante	302	112	Ativo não circulante	4.768	4.313		5.070	4.425	O saldo classificado no longo prazo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R\$ 4.768 e 4.313, respectivamente, refere-se ao saldo negativo de IR e CS. Esse saldo ocorre quando os tributos pagos ao longo do período, por meio de retenções na fonte ou recolhimentos antecipados, excedem o imposto devido no encerramento do exercício. Ele pode ser utilizado para compensação de tributos futuros ou restituído junto à Receita Federal. No exercício de 2025 e 2024, os valores foram classificados no longo prazo, considerando que o prazo para restituição pode se estender por até cinco anos. A Administração informa que os respectivos valores já foram objeto de pedidos formais de restituição junto à Receita Federal do Brasil desde 2023, encontrando-se em processo de análise pelas autoridades fiscais.			7. Partes relacionadas:				31/12/2025	31/12/2024		Dividendos a pagar		GS Inima Industrial S.A.	277	1.838	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	51	337		328	2.175	8. Provisão para ações judiciais:			Contingências trabalhistas	2.194	4.835	Contingências fiscais	-	1.378		2.194	6.213	O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas de acordo com a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia por provável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$10.016 (R\$14.406 em 31 de dezembro de 2024), com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:			Natureza	31/12/2025	31/12/2024	Reclamações trabalhistas	35	1.157	Reclamações tributárias	9.981	13.249		10.016	14.406	A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:				31/12/2025	31/12/2024	Saldo inicial	6.213	6.940	Complemento de provisão	457	1.597	Reversão de provisão	(4.476)	(2.324)		2.194	6.213	Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária. 9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o valor do capital social integralizado é de R\$4.000 e está representado por 4.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:				31/12/2025	31/12/2024		Quantidade			% de participação		GS Inima Industrial S.A.	3.380	84,5%	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	620	15,5%	Total	4.000	100%	Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. 9.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados, no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024 a reserva legal atingiu o limite de 20% do capital. 9.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados: O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia transferiu os saldos da conta de lucros acumulados, nos montantes de R\$982 e R\$503, respectivamente, para a conta de lucros retidos. 9.4. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e		
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(109)	(36)																																																																																																																																																				
(-) Aplicações financeiras	(3.177)	(7.830)																																																																																																																																																				
Dívida líquida	(3.286)	(7.866)																																																																																																																																																				
Patrimônio líquido	7.837	6.855																																																																																																																																																				
Total do capital	4.551	(1.011)																																																																																																																																																				
Índice de alavancagem	-72%	778%																																																																																																																																																				
5. Aplicações financeiras:																																																																																																																																																						
Aplicações financeiras	3.177	7.830																																																																																																																																																				
	3.177	7.830																																																																																																																																																				
As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 101,60% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,45% em 31 de dezembro de 2024). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.																																																																																																																																																						
6. Impostos a recuperar:																																																																																																																																																						
IR sobre aplicação financeira	214	-																																																																																																																																																				
Saldo negativo de IR	4.737	4.303																																																																																																																																																				
Saldo negativo de CS	31	10																																																																																																																																																				
Estimativa de IR e CS	88	112																																																																																																																																																				
	5.070	4.425																																																																																																																																																				
Ativo circulante	302	112																																																																																																																																																				
Ativo não circulante	4.768	4.313																																																																																																																																																				
	5.070	4.425																																																																																																																																																				
O saldo classificado no longo prazo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R\$ 4.768 e 4.313, respectivamente, refere-se ao saldo negativo de IR e CS. Esse saldo ocorre quando os tributos pagos ao longo do período, por meio de retenções na fonte ou recolhimentos antecipados, excedem o imposto devido no encerramento do exercício. Ele pode ser utilizado para compensação de tributos futuros ou restituído junto à Receita Federal. No exercício de 2025 e 2024, os valores foram classificados no longo prazo, considerando que o prazo para restituição pode se estender por até cinco anos. A Administração informa que os respectivos valores já foram objeto de pedidos formais de restituição junto à Receita Federal do Brasil desde 2023, encontrando-se em processo de análise pelas autoridades fiscais.																																																																																																																																																						
7. Partes relacionadas:																																																																																																																																																						
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
	Dividendos a pagar																																																																																																																																																					
GS Inima Industrial S.A.	277	1.838																																																																																																																																																				
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	51	337																																																																																																																																																				
	328	2.175																																																																																																																																																				
8. Provisão para ações judiciais:																																																																																																																																																						
Contingências trabalhistas	2.194	4.835																																																																																																																																																				
Contingências fiscais	-	1.378																																																																																																																																																				
	2.194	6.213																																																																																																																																																				
O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas de acordo com a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia por provável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$10.016 (R\$14.406 em 31 de dezembro de 2024), com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:																																																																																																																																																						
Natureza	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
Reclamações trabalhistas	35	1.157																																																																																																																																																				
Reclamações tributárias	9.981	13.249																																																																																																																																																				
	10.016	14.406																																																																																																																																																				
A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:																																																																																																																																																						
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
Saldo inicial	6.213	6.940																																																																																																																																																				
Complemento de provisão	457	1.597																																																																																																																																																				
Reversão de provisão	(4.476)	(2.324)																																																																																																																																																				
	2.194	6.213																																																																																																																																																				
Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária. 9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o valor do capital social integralizado é de R\$4.000 e está representado por 4.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:																																																																																																																																																						
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																				
	Quantidade																																																																																																																																																					
	% de participação																																																																																																																																																					
GS Inima Industrial S.A.	3.380	84,5%																																																																																																																																																				
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	620	15,5%																																																																																																																																																				
Total	4.000	100%																																																																																																																																																				
Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. 9.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados, no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024 a reserva legal atingiu o limite de 20% do capital. 9.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados: O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia transferiu os saldos da conta de lucros acumulados, nos montantes de R\$982 e R\$503, respectivamente, para a conta de lucros retidos. 9.4. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e																																																																																																																																																						

preferenciais, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$328 (168 em 31 de dezembro de 2024) à título de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. No decorrer do exercício encerrado em 2025, foram pagos dividendos no montante de R\$2.175 (R\$150 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
10. Despesas por natureza:		
Gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(134)	(128)
Serviços de terceiros	(38)	(118)
Despesas judiciais	(3.316)	(571)
Provisão para ações judiciais	4.019	727
Outras despesas	(93)	(58)
	438	(148)
11. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	878	825
Variação monetária	495	361
PIS/COFINS sobre receita financeira	(64)	(55)
	1.309	1.131
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	-	(1)
Juros sobre títulos pagos, obrigações sociais e fiscais	-	(2)
	-	(3)
Resultado financeiro, líquido	1.309	1.128
12. IR e CS diferidos: 12.1. Reconciliação da alíquota efetiva do IR e CS:		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IR e da CS	1.747	980
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(594)	(333)
Ajustes para alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	157	24
Despesa com IR e CS corrente	(437)	(309)
Correntes	-	(63)
Diferidos	(437)	(246)
	(437)	(309)
Alíquota efetiva	25%	32%
12.2. IR e CS diferidos:		
	Demonstração do resultado	
	Balanco patrimonial	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de CS	931	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	746	2.112
Outras diferenças temporárias	-	2
Despesa (receita) de tributos	(437)	(246)
Ativo fiscal diferido líquido	1.677	2.114
A expectativa de realização do diferido é como segue:		
2026		191
2027		245
2028		1.241
		1.677
A movimentação do IR e CS diferidos é como segue:		
	31/12/2025	31/12/2024
	Ativo	
	Ativo	
Saldo em 1º de janeiro	2.114	2.360
Reconhecimento na demonstração do resultado	(437)	(246)
	1.677	2.114
13. Lucro por ação: As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro básico		
Lucro líquido do exercício	1.310	671
Número de ações ao fim do exercício	4.000	4.000
Lucro líquido por ação - básico	0,33	0,17
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro básico por ação	1.310	671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	4.000	4.000
Lucro líquido por ação - diluído	0,33	0,17
Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação, pois, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. 14. Operação descontinuada: Em 23 de abril de 2021, a VSB exerceu seu direito de resilição imotivadamente o Contrato 522457 - DBOT, nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificará a Companhia sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os Ativos, na forma da cláusula 55 do Contrato. Em 10 de setembro de 2021 a VSB notificou Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos. O resultado do exercício da Companhia com relação à operação descontinuada é apresentado a seguir:		
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Operacionais Provenientes de Operação Descontinuada		
Gerais e administrativas	10	438
	438	(148)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro Proveniente de Operação Descontinuada	438	(148)
Resultado Financeiro de Operação Descontinuada		
Receitas financeiras	11	1.309
Despesas financeiras	11	-
	1.309	1.128
Lucro Operacional Antes dos Impostos Proveniente de Operação Descontinuada	1.747	980
IR e CS de Operação Descontinuada		
Correntes	12,1	-
Diferidos	12,2	(437)
	(437)	(309)
Lucro Líquido do Exercício Proveniente de Operação Descontinuada	1.310	671
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. 15. Demonstrações dos fluxos de caixa: A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:		
	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos propostos e não pagos	328	2.175
	328	2.175
16. Eventos subsequentes: A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.		
	Diretoria	
	Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente	
	Marcos Tadeu de Castro Macedo - Diretor de Contrato	
	Contador	
	Rodrigo Basso - CRC 15P266.229/O-8	



★ continuação

GS INIMA INDUSTRIAL JECEABA S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial Jeceaba S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho da sua operação e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado

Contador - CRC SP-175536/O-5



Shape the future
with confidence

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/427F-1001-CCA8-85E1> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 427F-1001-CCA8-85E1



Hash do Documento

jIGZvorrijwJFGL/xZX39WfzIZiU9RUORExDEhoroolk=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 09/04/2026 19:22 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9156068 Longitude: -43.9532056 Accuracy: 3742.0156238012687

IP: 172.16.4.3

AC: AC SAFEWEB RFB v5

